



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 87

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 28-02-2005

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel dos Santos Salavessa, Élio Manuel Delgado da Maia, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros e Fernando Vieira Ferreira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Domingos José Barreto Cerqueira e Joaquim Manuel Silva Marques.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário da alteração da composição da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 47.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, em virtude do falecimento do Presidente de Junta de Freguesia Manuel Júlio Braga Alves, o seu lugar passa a ser ocupado por Fernando Manuel Teixeira Alves.

De seguida deu conhecimento ao plenário, para apreciação, do pedido de suspensão do mandato pelo período de seis meses (25 Fevereiro 2005 a 25 Agosto de 2005) do vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, Rafael Alexandre Lopes Nevado.

Foi efectuado o reconhecimento de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Aveiro e da sua Chave de Honra;

Ponto 3. – Síntese da Actividade da Assembleia Municipal de Aveiro no ano 2004.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 83 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 84 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 85 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 86 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“Gostaria de referir o falecimento do Presidente Braga Alves.

Tenciono pedir, não exactamente um voto de pesar, mas um minuto de silêncio. E gostava de fazer a Assembleia ciente de que tanto quanto me apercebo, estão presentes todos ou quase todos os membros da Assembleia de Freguesia da Glória.

Conheci o Presidente, ora falecido infelizmente, há muitos anos, no meu escritório por razões profissionais, políticas, jurídicas. Conheci-o então nessa altura ainda estávamos no tempo da outra senhora (não sei sequer se conversámos alguma coisa sobre política), mas apercebi-me desde logo que era uma pessoa de grande personalidade, de grande moralidade e nada egoísta. Depois mantive o contacto com ele já depois do 25 de Abril — já então em termos de assuntos parapolíticos e sociais, e pude confirmar que se tratava de uma pessoa de elevada ética. Particularmente, quando - não sei se acompanharam isso, a seguir à nossa entrada na CEE, foram abolidas as fronteiras e isso deu uma crise gravíssima na profissão dos despachantes oficiais. Estavam mais ou menos avisados, mais ou menos advertidos, tomaram ou não puderam tomar as suas cautelas e o Braga Alves, que era despachante oficial, atravessou um período muito difícil que ultrapassou porque a empresa era sólida. Era uma pessoa dinâmica, uma pessoa inteligente, perspectivada, e a principal preocupação (falei com ele algumas vezes), a principal preocupação dele não era a sua própria situação, a sua própria condição — a principal preocupação dele era ter que despedir alguns funcionários que trabalhavam no seu escritório; o que dá a medida da pessoa. Aparece depois na política

autárquica com sucesso, sendo Presidente da Junta de Freguesia da Glória, respeitado, estimado; penso que por toda a gente.

E morre em serviço, exactamente na véspera das eleições, a montar as mesas de voto, a dirigir o que era preciso fazer-se para que se procedesse à votação.

É uma falta. As pessoas não são insubstituíveis; são insubstituíveis para os que lhe são mais próximos naturalmente, afectivamente, emocionalmente; a vida continua, as instituições continuam, mas penso que nós aqui temos a obrigação de assinalar o desaparecimento de um de nós - o que é sempre chocante, fazendo este elogio e dando a certeza de que fica a memória.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

*“No seguimento das palavras de V/Exa., quero neste momento formular dois votos de pesar: - o primeiro «**Voto de Pesar** - pelo falecimento do Senhor Manuel Júlio Braga Alves, colega Presidente da Junta de Freguesia da Glória, exemplar no relacionamento com os seus pares. Para todos tinha uma palavra amiga e serena, valorizada nos contactos com os seus colegas das freguesias - aquilo que nos unia, em detrimento das ideias políticas que nos poderiam dividir.*

Apoiava-nos e apoiava a sua acção, onde valorizava particularmente o bem-estar social dos mais carenciados. Trabalho que desenvolvia com realismo, espírito de missão, e satisfação pessoal visível.

Qual soldado dos bons combates!

Dos bons combates pelo bem-estar social dos seus concidadãos. Pelo nivelamento social dos mais desfavorecidos; pela educação; pela existência de infra-estruturas dignas, daqueles que com ele conviviam. Pela Cidadania de todos.

Foi na preparação das condições, para a participação dos seus concidadãos num acto cívico da maior importância – as eleições, que faleceu este “Soldado do Poder Local”.

Proponho que seja votado um voto de pesar, a remeter à autarquia a quem presidiu, à família enlutada, e em sua memória fosse guardado um minuto de silêncio nesta Assembleia.»

*O segundo «**Voto de Pesar** – pelo falecimento do Dr. Manuel Alves de Oliveira, Deputado pelo Circulo de Aveiro, Vice-secretário da Mesa da Assembleia da República, Coordenador do Grupo do PSD na Comissão do Poder Local, Relator de muitas iniciativas legislativas e comissões onde tinha acento. Trabalhador, dedicação ao trabalho legislativo, exemplar. Amigo, com amigos em todas as bancadas (- como foi possível verificar no seu funeral). Conhecedor como poucos das matérias que ao Poder Local respeitam, e um dos seus mais acérrimos e dedicados defensores. Um amigo que muito prezei, e de quem guardo as mais gratas recordações.*

Aveiro perdeu um dos seus melhores deputados. Um dos seus melhores quadros.

Proponho que seja deliberado um voto de pesar e que deste seja dado conhecimento à família enlutada, à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, e à Assembleia da República.»”

Vogal Fernando Alves (PS)

“Amigo Manuel,

Como teu amigo, companheiro e camarada é meu dever invocar-te aqui e agora e elevar o teu nome de família: Braga Alves.

Curvar-me perante a tua memória de Homem nascido numa cidade mui nobre, invicta e sempre leal, características que se entranharam no teu sangue e que, por destino, trouxeste para uma outra cidade que fizeste tua, acrescentando aos dons de nobreza, de vontade de nunca conheceres o gosto da derrota e de lealdade, o dom que porventura te era mais caro, o dom da liberdade de expressão e de pensamento, símbolos de Aveiro, terra temperada pelo

sal da vida. Desse mesmo sal de lágrimas cantadas pelo poeta e das que nos correram pela face quando resolveste partir sem tempo de concretizar projectos sonhados lado a lado.

Eras um homem de acção, de decisões ponderadas e de preocupações sociais. Eras um homem duma só palavra. Eras um cidadão na primeira linha de combate à exclusão social, à pobreza, à injustiça, à tirania.

Eras um homem de cabeça levantada, firme no concretizar das acções que tornassem a nossa freguesia menos carenciada e a nossa cidade cada vez mais bonita no rosto e na alma.

Eras de facto um homem que partilhou a vida, doando-te civicamente aos teus concidadãos, fazendo de pequenos nadas sementes de esperança de dias melhores para os mais desprotegidos.

Eras um homem bom. Eras um amigo... fazem-me falta os teus repentinos, as tuas pequenas iras, o teu praguejar contra o que estava mal e não era possível corrigir de imediato... ainda era ontem e hoje é já uma enorme saudade. A Glória tudo fará para concretizar os teus sonhos. Aveiro não te esquecerá porque é um berço da Democracia pela qual tu lutaste e também ajudaste a construir. Até sempre amigo Manuel. Foi bom ser teu amigo!”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

“Este é inegavelmente um daqueles momentos em que as palavras ficam sempre muito aquém daquilo que sentimos. Aveiro perdeu um dos seus cidadãos mais ilustres — aveirense por adopção. E eu, com todo o sentimento da expressão, mais importante do que isso - eu perdi um amigo; porque Braga Alves me distinguia com a sua amizade e isso muito me orgulhava.

Braga Alves foi tudo aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia referiu. Era um homem de convicções, de ideais. Era um democrata convicto — e, ironia das ironias, morreu precisamente no exercício da preparação do acto democrático por excelência, o acto eleitoral.

Enquanto Presidente de Junta foi (como o Senhor Presidente da República assim se dirigiu aos Presidentes de Junta) “o primeiro rosto da democracia”. Ele era de facto alguém que honrava os Presidentes de Junta, que honrava os militantes do Partido Socialista, porque era um militante do Partido Socialista e assim também o queremos hoje evocar. Mas sobretudo e acima dos Partidos era inegavelmente um homem de convicções e um democrata.

O Senhor Fernando Alves que tão emocionadamente nos leu esta carta pessoal, vai ter uma tarefa muito difícil, que é a de seguir os passos de Braga Alves. E sei que ele onde estiver vai estar com atenção e vai orgulhar-se do trabalho que o Fernando vai fazer seguramente com os olhos postos nesse exemplo.

Nós, obviamente, secundamos o minuto de silêncio que foi proposto pelo Senhor Presidente da Mesa. As distinções, penso que a sua concretização hoje seria marginal e é um repto que eu lanço ao Senhor Presidente da Câmara, que vá pensando numa forma que não apenas esta, de distinguir a memória do nosso amigo Braga Alves — o que será feito seguramente de forma elevada.”

Vogal António Salavessa (PCP)

“Ao evocar o nosso colega de Assembleia, o nosso amigo Braga Alves, penso que é tempo para evocar uma consigna, um lema, que a CDU costuma trazer consigo e costuma evocar e que se cinge a três palavras: Trabalho, Honestidade, Competência.

E sendo um lema que procura ser uma referência para todos os eleitos autárquicos da CDU, temos a certeza que é um lema que não é exclusivo e que há noutras forças políticas, felizmente muitos autarcas, que primam a sua intervenção por estes princípios.

E daquilo que nós conhecemos da actividade do Braga Alves, pensamos que é um caso em que “Trabalho, Honestidade, Competência”, marcam de facto o seu percurso de vida e o seu

percurso de autarca; e é um destes casos em que nós deixamos com todo o prazer no âmbito desta palavra de ordem, se alargue.

Temos a convicção de que Aveiro perdeu um cidadão de grande valia. Mesmo não sendo nascido cá, a adopção e a sua vivência, temos a certeza que Aveiro perdeu uma figura democrata, um espírito aberto, um espírito dialogante, um espírito com princípios, que tinha ao mesmo tempo essa capacidade de interagir com os outros.

Não podemos dizer como diz o Partido Socialista que perdemos um militante, mas seria injusto não dizer que o PCP perdeu também um amigo com a morte do Braga Alves.

Também numa vivência de menos anos e mais reduzida, penso que a sua memória não se ofenderá se considerar também que perdi um amigo pessoal com a morte do Braga Alves.

Estou de acordo em não nos limitarmos à mera expressão do voto de pesar – que deve ser feito apesar de tudo — e estou de acordo que tenhamos um minuto de silêncio relativamente ao Braga Alves.

Quanto à questão aqui trazida pelo Senhor Armando Vieira: a morte nunca é boa, e a morte de quem é próximo, e quem morre no desempenho da actividade deixa sempre tristeza à família, aos amigos, e a necessidade de se evocar quem parte.”

Vogal João Barbosa (PS)

“Não é fácil falar do Presidente da Junta de Freguesia da Glória, Braga Alves.

Faço-o com alguma emoção visto que era um grande colega. Um colega exemplar e muito amigo — nos tempos que correm não é fácil ser Presidente de Junta.

Braga Alves, faleceu de forma nobre, a cumprir serviço público e a servir os outros.

Braga Alves, era um homem bom, amigo, solidário, fazia o bem, ajudava os outros sempre de uma maneira quase anónima. Era um grande democrata, falava pouco, mas praticava a democracia.

Meus Senhores, Senhor Presidente da Câmara, Braga Alves morreu com um grande desejo: poder oferecer aos jovens de Santiago um pavilhão desportivo. Não conseguiu os seus desejos. Não conseguiu os seus objectivos. Mas aquilo que ele desejava não pode ser esquecido!

Senhor Presidente da Câmara, nós sabemos que quando V/Exa. quer faz obra e faz obra grande e faz obra que se veja. Peço-lhe que em memória do grande homem que foi Braga Alves, do grande Presidente de Junta, do nosso amigo, se construa o Pavilhão Desportivo da Glória e se dê o nome: Braga Alves.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

“Nós comungamos de tudo quanto aqui foi dito acerca das pessoas que nos deixaram, designadamente os dois ilustres aqui referidos, e especialmente porque estive mais próximo de nós, o Senhor Braga Alves.

Realmente transparece do que foi aqui dito (com o que estamos de inteiro acordo) que era uma homem ponderado, decidido, generoso, punha o interesse geral acima do interesse próprio. Deixou-nos de facto uma memória e acho que fez história em Aveiro. Brindou-nos com isso e nós não temos mais do que ficar reconhecidos e tomar como exemplo de vida aquilo que ele nos deixou, como outros nos deixam.

Muito obrigado Senhor Braga Alves, que nos acompanhe na nossa vida durante muito tempo o seu exemplo é o nosso desejo.”

Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar, pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia Braga Alves, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando, a Assembleia Municipal de Aveiro, guardou um minuto de silêncio em memória de Manuel Júlio Braga Alves.

Depois, o Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar, pelo falecimento de Manuel Alves de Oliveira, Deputado do PSD pelo Círculo de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra a cidadã, Alexandra Goreti Silva Dias Pereira, para questionar a Câmara Municipal sobre a revisão do PDM, concretamente na zona de Vilarinho-Cacia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP) A

Vogal José Costa (PS)

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) B

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS) C

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu queria começar por responder à munícipe que aqui esteve presente, a Sr.ª D. Goreti. Penso que o Senhor Vereador já teve oportunidade de falar com ela, solicitando-lhe que reúna connosco (com o Senhor Vereador e com os nossos Serviços), para podermos averiguar com rigor em que situação é que se encontra o seu terreno, sendo certo que o PDM está de facto a ser revisto e eu passarei a palavra daqui a pouco ao Vereador Pedro Silva para nos falar sobre o PDM, o Plano de Urbanização, e a Gestão Urbanística.

E que de facto havendo alguma possibilidade dos terrenos que agora têm vocação agrícola e que estão classificados como tal poderem vir a ser desafectados, isso certamente será ponderado.

Sendo certo também, como o Pedro Silva poderá explicar muito melhor do que eu, que este governo do PSD e também os governos anteriores (justiça seja feita), deixaram passar muitos anos sem regulamentar estes instrumentos de planeamento por forma a que os usos compatíveis com as condicionantes mais gerais possam ser regulamentados.

Mas eu sou daqueles que me congratulo com uma das decisões deste governo, que foi a de não pôr nas mãos dos autarcas a gestão da RAN e da REN; porque acho que era uma decisão

temerária. Nem oito nem oitenta! Tem de haver instrumentos de flexibilização, mas seria certamente perigoso para a reserva ecológica e para a reserva agrícola que os autarcas pudessem gerir a seu belo prazer essas reservas — que também não podem ficar como estão é certo, e é preciso fazer algum trabalho nessa matéria. Espero que o próximo governo o possa fazer.

Sobre o auto-de-posse daquele prédio, gostava de dizer à Teresa Fidélis e a todos, que evidentemente a Câmara quando tomou a decisão de tomar posse administrativa daquele prédio não o fez sem ponderar todos os passos subsequentes, a sua capacidade para realizar as obras rapidamente. E portanto, conseguir o efeito útil que pretende que é acabar com a situação de impasse que ali existe, com a situação de insegurança para os transeuntes, e enfim, o problema urbanístico em si mesmo que está ali há muitos anos.

Portanto tudo foi ponderado, eu não queria antecipar datas porque há consultas que têm que ser feitas nos termos da lei às empresas para agora concluírem a obra e, portanto, não temos ainda possibilidade neste momento para prever uma data em concreto, mas serão sempre alguns meses. Os meses que qualquer obra deste tipo demora na fase de acabamentos em que está; que serão sempre uns meses de trabalho.

Portanto, o que quero dizer é que tudo foi feito de acordo com a lei, e que de acordo com o que aqui alguém chamou à atenção, há mais duas ou três situações, não direi com a mesma amplitude, com a mesma altura – seguramente não, mas com impacto significativo que estamos a analisar para que nos próximos tempos, logo que possível, podermos tomar idêntica medida que se justifica plenamente como terão ocasião de ver.

Sobre a Quinta do Cruzeiro, os túneis, as acessibilidades, eu passaria a palavra ao Vereador Eduardo Feio, que acompanhou bem estes dossiers. Só queria dizer a este propósito ao deputado Manuel Coimbra; além de ter passado ali de um momento de memória para a imaginação, a verdade é que esta Câmara não abdica da sua responsabilidade de corrigir sempre aqueles projectos — nossos ou de entidades públicas, que do nosso ponto de vista estejam com deficiências.

E todos nós deputados municipais, cidadãos, temos essa função de vigilância e fiscalização, da qualidade dos projectos. Sendo certo que a Câmara tem os seus serviços que tecnicamente devem conseguir antecipar aquelas deficiências, que em princípio não deveriam existir.

E portanto, isto para vos dizer que, evidentemente, nós não estamos satisfeitos com aquele projecto — não queria também dramatizar em excesso! Há condições para rever aquele projecto de forma a que ele fique, dados os constrangimentos do local, em condições aceitáveis, normais; a verdade é que ganhou uma repercussão inusitada com aquela reportagem ontem que estava com algum sentido de humor, tenho que reconhecer.

As minhas afirmações foram inseridas de forma descontextualizada. Ninguém me avisou que as minhas declarações eram para ser incluídas naquele contexto. Portanto, faço esse reparo à SIC e peço que da próxima vez me avise, porque o tom e o registo das minhas palavras certamente teriam sido outras e não aquelas que foram. Mas estamos a fazer os possíveis por corrigir isso.

Queria referir-me à qualidade da água nos canais urbanos. Acho que foram aqui proferidas informações injustas. Penso que o Senhor Deputado Salavessa se referiu a elas — injustas sobre a qualidade da água nos canais urbanos. E dizer-vos que uma vez concluída a estação elevatória da Forca-Vouga e concluída a estação elevatória de Sá-Barrocas, e depois de terminado o trabalho que os nossos serviços municipalizados em colaboração com muita gente tem vindo a fazer paulatinamente ao longo dos meses, no sentido de identificar e desviar todas as descargas clandestinas que eram feitas de esgotos antigos para a rede de águas pluviais e, portanto, para a rede de canais urbanos, concluídas essas três frentes nós ficamos em condições para ter qualidade de água balnear nos canais urbanos. Não para consumo (como lembrava o Feio a água ainda é salgada), mas qualidade de água balnear vai

ser possível. E, simbolicamente, repito aqui, nós estamos a começar a organizar uma prova náutica com os nossos clubes e associações, para simbolicamente marcar a despoluição dos canais urbanos. E a qualidade da água balnear, que é, tem vindo a ser periodicamente monitorizada com dados técnicos para que se percebam os níveis de pureza ou de falta dela que a água regista. Não vamos por isso fazer um folclore. Vamos fazer essa prova simbólica no momento em que tivermos conseguido esse objectivo.

Isto a propósito da qualidade da água e transitando para a SIMRIA, dizer ao Prof. Manuel Coimbra, que obviamente nós não estamos a fazer... as palavras que utilizou foram infelizes. Nós não estamos a fazer nenhuma fraude a nenhum projecto. Estamos empenhados num projecto de recuperação do salgado de Aveiro, sendo certo que o Senhor Deputado Manuel Coimbra demonstrou uma vez mais, eu sei que foi sem querer mas acontece-lhe várias vezes, que não conhece o salgado de Aveiro. Porque na zona que é afectada pelo Esteiro de S. Pedro só há uma marinha de sal em funcionamento que é a “Santiago”. E portanto, todo o outro salgado, o salgado do lado sul e do lado do mar esqueceu-se dele — que não é abrangido pelo Esteiro de S. Pedro.

Mas isto para dizer que o problema do Esteiro de S. Pedro não inviabiliza de facto a recuperação das demais marinhas que ainda continuam em laboração e nós vamos fazer de tudo para que elas continuem em laboração.

Mas o Esteiro do Canal de S. Pedro e o problema das descargas da nossa ETAR, toda a gente sabe que a nossa ETAR é uma ETAR para ser desactivada. É uma ETAR em que não vale a pena fazermos investimentos. Mas o que eu não esperava era que o Prof. Manuel Coimbra e o Dr. Granjeira viessem aqui fazer um ataque à SIMRIA e ao Ministério do Ambiente que ao longo destes três anos com os seus quatro Ministros e com a incapacidade de gestão política absolutamente confrangedora de gestão deste dossier, não conseguiram resolver uma coisa que é absolutamente simples de resolver e que eu espero que este próximo governo em quinze dias consiga ultrapassar. A Câmara de Aveiro tem tido uma posição de absoluta coerência neste processo, como alguém lembrou aí, a nossa posição vem do tempo dos governos socialistas, só que na altura não tinha gravidade nenhuma porque o sistema não estava pronto e havia tempo, mais do que tempo. Um mês, dois meses, chegariam para que a questão se resolvesse. E a sucessiva incapacidade dos Ministros do PSD/PP e desta Administração da SIMRIA que lá está há três anos e que não consegui resolver o problema, são confrangedoras. E depois de ouvir o que disse o Dr. Raúl Martins, convenhamos: entregar esgoto a uma empresa que tem o “tubo roto” não seria certamente..., ainda bem que não o fizemos. Pelo menos vai mal tratado, mas vai com algum tratamento.

Sr. Deputado António Granjeira, toda a gente sabe que a Câmara de Aveiro e isso é público de há muitos anos a esta parte, desde que o problema começou a ser candente e esta Administração da SIMRIA começou a revelar a sua total incapacidade de gestão nesta matéria. A Câmara de Aveiro recusou desde o início a aceitar as conclusões daquele estudo económico que nos obrigava há quatro ou cinco anos atrás, a pagamentos de tarifas fixando um caudal que nós ainda nem neste momento atingimos! E convém recordar que o PSD sob a orientação do Sr. Eng.º Ribau Esteves conseguiu e por isso a primeira “acção” que aqui encontro nas “acções pendentes” é contra a SIMRIA, conseguiu que o município que tem... a decisão que foi tomada foi bastante irresponsável porque, designadamente, com este problema por resolver, não se pode excluir o município de Aveiro que é responsável por 50% do sistema apenas por razões políticas. Não se pode excluir o município de Aveiro da Administração da SIMRIA apenas por razões políticas, porque funcionalmente as conclusões e as consequências estão à vista. Foi uma irresponsabilidade o que se fez e as consequências estão à vista: não houve capacidade política para se resolver um problema que se resolvia em três tempos.

Muito rapidamente, queria congratular-me com o facto de ao fim de um ano e meio (se a memória não me traiçoa), finalmente a Câmara de Aveiro ter tido uma reunião de trabalho com a REFER para acompanhar o processo de execução do acesso ferroviário ao Porto de Aveiro; ao arrepio e contra o compromisso que existia de que a Câmara seria parte que acompanharia como tem que ser, o desenvolvimento do projecto de execução. E confirmar aquilo que o Dr. Raúl Martins disse, que para mal dos nossos pecados e do nosso desenvolvimento não está ainda concluído o estudo de impacte ambiental do acesso ferroviário e portanto, nesta matéria, foram três anos absolutamente parados em que Aveiro e toda a região de Aveiro, e todo o país, porque isto é um projecto de dimensão nacional, marcou passo e andou para trás.

A intervenção no Canal de S. Roque. Eu queria tranquilizar toda a gente, ela não está concluída, faltam de facto os rails de protecção e as redes numa boa parte da sua extensão, e portanto, todas as medidas de segurança estão a ser tratadas entre a POLIS e o IEP, mas é verdade que as pessoas, a zona está tão apetecida que as pessoas já invadiram sem que a obra esteja concluída — e aquilo não é um parque. Aquilo é um parque de estacionamento, que tem percursos, cuja qualidade é tão grande que atrai muitas pessoas, mas depois das pontes todas concluídas (ainda faltam duas pontes pedonais), certamente que a sua capacidade de parque de estacionamento será valorizada e todo o trânsito que procura a beira-mar para esse fim será para ali desviado com óbvios benefícios na vivência para os residentes da beira-mar.

Ainda não inaugurámos, mas é a maior área de requalificação urbana das últimas décadas. São cinquenta mil metros quadrados de requalificação urbana e de requalificação de frente ribeirinha. Alguém dizia que aquilo é um bocadinho “que não se via, não se dava conta”; mas aquilo não é um bocadinho, são mais do que cinco campos de futebol que estão ali recuperados com grande qualidade urbana e que muito valoriza a entrada de Aveiro; além desta função de grande utilidade que acabei de descrever.

Sobre o Parque Desportivo, durante o mês de Março, provavelmente convocaremos uma assembleia municipal extraordinária para que sejam validados os resultados do concurso de alienação de 49% do capital, e isto a propósito da agenda, para vos dizer que obviamente nós não estamos parados, respeitamos é a lei: só tem que vir à Assembleia aquele conjunto de situações e propostas que a lei prevê que tenham que vir à Assembleia. De resto, o dinamismo tem sido intenso como se vê no relatório de actividades, e assim vai continuar a ser. Temos muitas coisas para fazer daqui até Outubro, até ao fim do mandato, e portanto, não há nenhuma anormalidade na agenda desta sessão.

Quanto ao Fórum de Ideias. É uma ideia interessante para o fórum, nós tínhamos de facto muita abertura e começámos a trabalhar e se não tivesse sido este suceder de novidades políticas ao nível do país teríamos neste momento a funcionar algo que se aproxima das ideias que a deputada Virgínia desenvolveu ali, mas que me abstenho de revelar já, para criar algum suspense.

Quanto às árvores na Avenida também gostava de vos dizer que elas serão replantadas mesmo na zona do túnel. Serão replantadas e do meu ponto de vista, do ponto de vista da Câmara, toda a Avenida em si merece ser requalificada de alto a baixo. Não será já neste mandato, mas seja qual for o Executivo que ganhe as próximas eleições julgo que terá como prioridade a requalificação urbanística, a requalificação da Avenida Lourenço Peixinho, que bem merece, é um dos nossos ex-libris e todos sabemos que as alterações estruturais no comércio que aconteceram em Aveiro nos últimos seis anos: três grandes superfícies, o Fórum, e algumas médias superfícies, vieram modificar completamente a centralidade comercial que significava a Avenida, para além da desactualização do seu mobiliário urbano, e das novas dinâmicas de tráfego e de estacionamento.

O que o túnel vai significar na Avenida Lourenço Peixinho, é de facto uma alteração profunda e que espero que seja muito bem conseguida, logo que seja possível fazê-lo.

Sobre a questão colocada pelo Deputado Filipe Neto Brandão, sobre o risco que Aveiro possa correr em relação a incêndios em prédios em altura, eu queria dizer que nós há uns anos e aconselhados pelas entidades competentes, financiámos e adquirimos e está a ser utilizada pelos Bombeiros Novos uma grua com uma plataforma de apoio, que nos disseram que seria suficiente e adequado a esse tipo de emergências.

Os Bombeiros Velhos agora estão-nos a solicitar uma grua com características diferentes e, portanto, nós como achamos que tem que haver uma racionalização destes equipamentos e não uma concorrência entre eles, se o Serviço Nacional de Bombeiros e as entidades avalizadas para o fazer confirmarem que os dois equipamentos respondem a necessidades diferentes e que se justifica termos os dois em Aveiro, esperemos certamente encontrar condições — e já agora, que o Serviço Nacional de Bombeiros assuma também as suas responsabilidades, porque a Câmara Municipal de Aveiro é que financiou na totalidade a grua que foi adquirida.”

Vice-Presidente Eduardo Feio

“Muito rapidamente, apenas quatro ou cinco notas sobre algumas questões que têm a ver com a relação da autarquia com a REFER no que diz respeito a algumas obras-de-arte em execução neste momento no município. Começando com a questão da desnivelada da estação. É uma obra que está praticamente terminada, obviamente tem continuidade com a Avenida que vai ligar à N109, e tem continuidade com aquilo que é a rotunda que o Instituto de Estradas de Portugal vão construir e que todos nós temos conhecimento nesta câmara, que irá ocorrer durante o corrente ano e obviamente condiciona a entrada em funcionamento desta desnivelada.

Em relação às árvores, só precisar que este primeiro troço foi objecto de intervenção na zona da Avenida Lourenço Peixinho por motivo da desnivelada e estão previstas árvores na zona de estacionamento. É toda uma zona que vai ser repavimentada e que vai ser re-arranjada, entre aquilo que é o antigo estúdio 2002 e o edifício da estação de Aveiro. Portanto toda essa zona vai ter árvores de uma espécie adaptada às condições da Avenida. A espécie que lá está neste momento não é a espécie mais adaptada às condições de árvore de alindamento urbano. Como sabem têm um conjunto de raízes que metem em causa um conjunto de infra-estruturas no subsolo e, portanto, com o novo projecto que está a ser equacionado por parte da autarquia nos próximos anos, eventualmente toda esta zona terá que ser revista.

Em relação à desnivelada de Esgueira, houve uma vistoria há bem pouco tempo, e houve um primeiro relatório que já foi presente à Câmara. Neste momento estamos à espera dos ensaios de carga. Toda a informação que até este momento foi fornecida à autarquia é no sentido que eventualmente aqueles nossos maiores receios não se venham a verificar, e portanto, apenas se passe por uma obra de verificação, qualificação, melhoria da desnivelada existente, que já tem mais de vinte anos como sabem.

Em relação a um conjunto de outras obras que o Sr. Armando Vieira referiu, nomeadamente algumas de Oliveirinha que têm a ver com o protocolo com a Direcção de Transportes Terrestres e com a REFER e as Câmaras anteriores; havia um conjunto de características, nomeadamente, o perfil transversal, que eram há data os que vigoravam obviamente em todas as obras novas que nós executámos, nomeadamente a desnivelada de Mataduços, que já foi esta Câmara, quer a questão da iluminação, quer a questão do próprio passeio para peões foi acautelada, assim como está acautelada nesta obra que está agora aqui envolta em alguma polémica que nós também concordamos, que tem passeio, tem iluminação pública, tem essas situações perfeitamente controladas. Houve contudo uma questão que tem a ver com a “pendente” e que neste momento está a ser alvo de uma rectificação entre a autarquia

e a REFER de forma a poder obviar à situação que se verifica lá da pendente bastante elevada.

Como sabem há ali uma condicionante de projecto e de planeamento que acontece também em Oliveirinha. Que é todas as vias paralelas à linha estão muito próximas. Essas vias têm a sua envolvente comprometida, não permitem a sua deslocação, que é o que acontece na Quinta do Cruzeiro. A rotunda não pode ser mexida no sentido de Esgueira. Portanto, o que se vai fazer, e que já devia ter sido devidamente acautelado entre os técnicos da autarquia e obviamente a REFER, é a subida da rasante da própria rotunda cerca de um metro e vinte, um metro e trinta, que vai permitir que a pendente que vamos ter naquela desnivelada seja já uma pendente perfeitamente aceitável para o funcionamento da futura avenida que vai para as Agrads. Essa situação devia ter sido acautelada inicialmente, houve alguns desfasamentos, estão a ser verificados. De qualquer das formas vai ser rectificada com uma revisão daquela parte da infra-estrutura do lado de Esgueira – trabalhos a mais obviamente. Ou seja, vai ter de se fazer mais do que lá está. Portanto, vai ter de se aumentar ali um bocado que é o talude de acesso ao tabuleiro e obviamente isso terá um custo que terá de ser equacionado entre a REFER e a autarquia, neste caso a REFER é a dona da obra, pensamos que vai ter de assumir essa situação.

Em relação à questão da desnivelada (já mais antiga, com projecto já mais antigo), de Cacia, é uma situação semelhante. A Avenida Augusto Fernando Oliveira, estava naquela posição, foi uma exigência até da população em 1991,1992, de aproximar o máximo possível a desnivelada para junto da sede da Junta de Freguesia de Cacia e também da Casa do Povo do outro lado onde está o posto médico. Obviamente, todos nós sabemos que a proximidade da estrada à linha-férrea era muito curta, a pendente terá que ser maior. Portanto, a situação ali não é tão complicada como a da Quinta do Cruzeiro, tem apenas a ver com veículos de tracção animal. Contudo, em tempo conseguiu-se arranjar uma solução que permite que neste momento os poucos veículos de tracção animal que existem e que cada vez vão existindo menos, possam ter acesso a essa desnivelada.

Ainda uma pequena nota que eu acho que é muito importante realçar. Neste momento, a relação com a REFER, e num conjunto de projectos tem sido muito importante. Somos um dos primeiros municípios (penso que a Mealhada também) que não temos nenhuma passagem de nível, nem de peões, na Linha do Norte.”

Vereador Pedro Silva

▮

“Fazendo então um pequenino percurso sobre as várias figuras de planeamento que estão em elaboração, nomeadamente o Plano Director Municipal; o Plano de Urbanização; e alguns estudos urbanísticos — e passar um pouco pela gestão urbanística.

Talvez o que seria interessante dizer muito rapidamente, era que no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, obviamente que se fez aquilo que está estipulado na lei. No decreto-lei que regulamenta esta figura do planeamento, nomeadamente e em particular desde logo o estudo de avaliação inicial que é obrigatório apresentar. O estudo de avaliação daquilo que foi o balanço relativamente à prossecução das propostas que o plano director municipal fez. Esse estudo de avaliação foi enviado para a Comissão de Coordenação da Região Centro. A Comissão de Coordenação da Região Centro deveria já ter (há meses), instituído a Comissão de Acompanhamento para o Plano Director Municipal — até hoje ainda não o fez, ainda não estabeleceu (ele sai em Diário da República). É a própria Comissão que preside à comissão de acompanhamento e neste momento nós ainda não temos, não obstante este estudo de avaliação já ter sido efectivamente apresentado há largos meses junto da Comissão de Coordenação.

Isso no entanto não impede que os trabalhos se iniciem — e foi isso que se passou.

O Plano Director Municipal, entretanto tem o seu arranque (se quisermos) geograficamente naquilo que era a necessidade de encontrar com a área territorial que foi alvo, que é com certeza, o Plano de Urbanização. Encontrar no outro território, na outra geografia, aquilo que é a necessidade imediata do contacto com esses espaços territoriais. A opção que foi tomada foi justamente desde logo pegando nas propostas de ordenamento do Plano Director Municipal existentes, aprovadas junto das Freguesias, ter as reuniões necessárias para que essa avaliação que nós tínhamos feito e, exclusivamente, tecnicamente, ela pudesse ser aferida junto dos Presidentes de Junta desses territórios, outros, para além dos que foram definidos no PU nesta primeira fase.

Estes contactos terminaram na passada 6.ª feira, com todas as juntas de freguesia que não fizeram parte do Plano de Urbanização da cidade. Nesse âmbito, existem agora as primeiras propostas; é apenas o esboço para a continuidade daquilo que serão as próximas reuniões, no sentido de termos o apuramento daquilo que poderão vir a ser as propostas.

Paralelamente a isto, ao que é territorializado no âmbito do Plano Director Municipal, segue depois um conjunto de outros estudos. Os estudos estão definidos em termos do decreto-lei e portanto, nessa componente todos os estudos prosseguem e consubstanciam as avaliações sectoriais que os Planos Directores Municipais têm de ter. Neste aspecto, pareceu-nos extremamente importante ainda que a legislação não o defina (e isso parece-nos ser a montante), aquilo que é necessário na elaboração dos planos, que haja seguramente, além da territorialização que há bocado falei, que haja uma dimensão estratégica de desenvolvimento.

A definição de estratégia do desenvolvimento para cada um dos espaços urbanos ou dos espaços geográficos se quiser, nos vectores globais em que ele pode ser ocupado. Se por um lado ele poderá ser definido, ou será num certo sentido pela Câmara Municipal, naquilo que foi a apresentação das principais ideias que a ela compete coordenar e avançar com as propostas, claramente nos pareceu útil recuperar aquilo que foi o Plano Estratégico da Cidade no âmbito do qual se criou o Gabinete Cidade.

Ora bem, também aqui havia que ultrapassar a territorialidade que esse Gabinete Cidade tinha, porque ele era exclusivamente vocacionado, porque nasceu no âmbito do PROSURB do Plano Estratégico, ele foi vocacionado para as questões da cidade. Ora hoje, como estamos em revisão do Plano Director Municipal e ele tem uma dimensão e uma geografia municipal, pareceu-nos importante que esse Gabinete Cidade de facto tivesse agora uma geografia ou outra que tivesse claramente a dimensão municipal. Donde que se formou e tivemos na semana passada (creio que na passada 5.ª feira), aquilo que foi a primeira reunião do que se chamou o Conselho Estratégico Municipal.

Aí estão representados, tal como já estavam no Gabinete Cidade (agora mais alargado) todas as principais instituições da cidade, eventualmente não as direi todas, mas digamos, as instituições de ensino superior, todas as instituições profissionais do sector, associação comercial, associação industrial, Porto de Aveiro, enfim um conjunto de entidades que nos ajudam certamente a pensar estrategicamente aquilo que é o modelo de desenvolvimento, que claramente depois é consubstanciado na planta de ordenamento.

Também aqui neste Conselho Estratégico Municipal, se entendeu que se devia partir para uma outra dimensão. Por um lado ter este conselho permanente, mas por outro fazer outras duas situações: por um lado a questão daquilo que era (também vem do Plano Estratégico) o plenário estratégico. Ou seja, que para além destas entidades que eu referi, muitas outras estivessem, nomeadamente e desde logo todos os representantes dos Conselhos Consultivos das Autarquias — e são muitos. Desde o ambiente, ao urbanismo, ao património, à educação, à saúde; enfim, são muitos aqueles que aqui estão representados e, portanto, teremos muito em breve aquilo que é este plenário estratégico, que está um pouco mais para além deste primeiro conselho estratégico municipal.

Balizamos então aqui duas coisas: a primeira era o aspecto territorializado, e ele é dado pelo Plano de Urbanização (e já vamos fazer o ponto de situação dele), cujo limite é o ICI por um lado, e aquilo que é então a outra área territorializada de que falei há bocado. Temos então estas duas dimensões: a dimensão territorializada e a dimensão estratégica, que a montante está depois dos resultados que nós teremos em planta.

Neste sentido e parece ser extremamente importante aquilo que o Sr. Presidente da Câmara há bocado referiu, ou seja, o que é que nós pensamos que pode ser uma revisão do Plano Director Municipal — tendo em conta até a experiência que tivemos do Plano de Urbanização. A Reserva Agrícola Nacional (e foi essa a participação que tivemos inicialmente) a Reserva Agrícola Nacional tem claramente pressupostos dos anos quarenta, e ainda perduram. Daí o facto de nós não ficarmos admirados ao longo destes anos e já foi assim na primeira geração, que a segunda geração enferme exactamente no mesmo problema.

Por outro lado, outro dos componentes é a Reserva Ecológica Nacional. Aguardamos todos, como disse o Senhor Presidente da Câmara há bocadinho, há catorze anos que estamos a aguardar a sua regulamentação.

Ora, como é a Reserva Ecológica Nacional que define de igual trato as zonas de sensibilidade que são claramente diferenciadas, isto também transporta-nos para claramente algum descrédito no próprio processo de planeamento.

O terceiro aspecto que pode trazer algum descrédito neste próprio processo de planeamento é as Comissões de Acompanhamento de que falei há bocado. É claro que nós estamos a perceber neste momento que as revisões do Plano Director Municipal estão a demorar mais do que a própria elaboração inicial. Justamente porque há aqui um conjunto de articulações entre as entidades que nos últimos tempos, nos últimos anos não temos vindo a assistir, com claro prejuízo para aquilo que é não a elaboração do Plano porque isso é último, não é o fim em si mesmo para aquilo que é depois a possibilidade de participação dos municípios na elaboração destes Planos.

O ponto de situação do Plano Director Municipal, sintetizando, e de acordo com estas reuniões que nós tivemos agora e que terminaram na passada 6.ª feira, temos uma proposta base que vamos agora partir para as próximas reuniões, acertando-as e conformando-as naquilo que poderá ser a proposta final.

O Plano de Urbanização por outro lado, esteve aqui, chegou-nos a semana passada depois de muita insistência da nossa parte, ao fim de dez meses e contrariando aquilo que define que é no prazo de um mês que deve ser dado o parecer sobre o Plano de Urbanização. Chegou-nos ao fim de dez meses!? Aquilo que podemos manifestar com uma grande perplexidade é que: pediram-nos exactamente os elementos que nos tinham pedido há cerca de dois anos atrás, sendo certo que a Comissão de Coordenação acompanhou o Plano. Tivemos variadíssimas reuniões, mas não se sabe onde é que estão esses elementos que na altura tínhamos informado! Pior ainda, poderei dizer é que pediram e solicitaram informações sobre até projectos que eles já aprovaram há tempos atrás, o que cria aqui mais uma incongruência que vamos com certeza ultrapassar, na exacta medida em que foram pedidas e solicitadas as reuniões necessárias para que agora possamos, enfim, novamente mostrar que efectivamente muitos processos já estavam aprovados e portanto, podemos iniciar o processo de inquérito público. É isso que queremos fazer agora, discussão pública. E respondendo claramente, se nós conseguíssemos que durante este mês termos as respostas necessárias para que a Comissão nos desse a autorização da discussão pública, esta iniciar-se-ia entre final de Março/Abril, seguindo-se depois quarenta e dois dias úteis de discussão pública, após o qual esta sessão de Câmara e esta Assembleia eventualmente aprovaria ou debateria, e portanto a partir daí nós estaríamos em condições de ter o Plano de Urbanização.

E dizendo isto, os planos não são um fim e portanto o município sai daqui claramente prejudicado porque há um conjunto de propostas que de alguma maneira contemporizam a territorialidade que prefiguram esses planos que efectivamente de outra maneira não está.

Queria só chamar à atenção para a Gestão Urbanística. Parece-me que há um ganho na Gestão Urbanística. É a sua proximidade e a opção que a Câmara tomou em juntar e aproximar os vários serviços da autarquia. Ou seja, actualmente nós o que devemos ter é uma Gestão Urbanística que para além de fazer as apreciações dos regulamentos e das plantas, ela deve também ter a capacidade de alguma maneira de poder desenhar, de poder dialogar, de poder estabelecer as várias relações no território que não devem configurar só as figuras de Plano; devem também configurar depois todos os processos, associá-los e relaciona-los.

Esta capacidade de junção dos vários serviços que entretanto a autarquia tomou por bem estabelecer, de facto isso permite que a Gestão Urbanística seja muito mais operativa porque eventualmente em vários processos temos em dois minutos as pessoas que fazem a Gestão Urbanística, as pessoas que fazem o Planeamento e as pessoas que estão noutros serviços, nomeadamente os Jurídicos. Conseguimos ter estas pessoas presentes e dar uma resposta muito mais cabal, muito mais rápida e portanto, esse (penso eu) é que será eventualmente aquilo que nós estamos a fazer crescer. Que é uma capacidade de resposta da Gestão Urbanística cada vez mais rápida. Creio que tem muito mais a ver com isso do que propriamente com as questões profissionais de quem eventualmente lá está, ainda que isso de alguma maneira possa fazer algum sentido.

Temporalmente o que queria dizer, é que me parece que é possível nós termos a construção do Plano Director Municipal efectivamente (e foi assim que falámos grosso modo), neste mandato — creio sim que o podemos ter.

Creio que o Plano de Urbanização com esses quarenta e dois dias úteis, temos quatro meses a possibilidade de o ter cá fora, desde que sejam ultrapassadas essas circunstâncias e depois partir para aquilo que são os vários estudos de pormenor que têm que estar configurados nestes planos.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 07 de Março (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 01 de Março de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)